



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Contributo para a consulta pública sobre a revisão específica do RGIC

PORTUGAL

De uma forma geral, acolhemos favoravelmente as alterações agora propostas ao RGIC por virem ao encontro das preocupações nacionais, designadamente no âmbito da ciência e da tecnologia e da cooperação territorial.

Com efeito, por um lado, as preocupações com a alavancagem de financiamento público para a I&D&I e a sua conciliação com as regras de Auxílios de Estado (AE) têm um lugar muito destacado nestas alterações ao RGIC. Por outro lado, saudamos o alargamento do âmbito dos projetos de cooperação territorial europeia às grandes empresas e a criação de um limiar que funciona à semelhança “de minimis” para este efeito. Consideramos também positiva a criação de condições mais favoráveis ao financiamento de empresas que participam em projetos de cooperação territorial europeia (CTE), procurando contornar as dificuldades em financiar os custos adicionais decorrentes da cooperação entre parceiros situados em diferentes regiões e em diferentes Estados Membros (EM) ou países terceiros.

Não obstante esta apreciação global positiva, apresenta-se um comentário de ordem geral relativamente ao tratamento de setores específicos das Regiões Ultraperiféricas (RUP), na sequência do anterior exercício de revisão do RGIC de 2017, e alguns comentários específicos relativos ao exercício de revisão em curso.

Assim consideramos, em primeiro lugar, que a última revisão do Regulamento Geral de Isenção por Categorias (RGIC), operada pelo Regulamento (UE) 2017/1084 da Comissão, de 14 de junho, assenta no reconhecimento da necessidade do alargamento do espectro de aplicabilidade deste Regulamento, nomeadamente às Regiões Ultraperiféricas. Neste sentido, entende-se que o artigo 13.º, alínea c), do referido Regulamento é inconsistente com a nova redação do seu artigo 1.º, n.º 3, alíneas a), b) e c), e com toda a filosofia de clarificação e simplificação anunciada pela Comissão, particularmente no caso das RUP.

Mais se entende que o âmbito alargado deste novo Regulamento, designadamente nos setores das pescas e agricultura, deveria pressupor a devida consideração destes dois setores ao longo de todo o articulado do diploma, o que não se verifica. Assim, por forma a colmatar a contradição que aqui se considera, sugere-se que referências ao setor da transformação e da comercialização da pesca e aquicultura e ao setor de produção agrícola primária sejam adicionadas ao artigo 13, seção (c) do RGIC, na sua redação atual.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Apresentam-se, de seguida, comentários específicos sobre o presente exercício de revisão:

Artigo 1º, (2)

Sugere-se nova redação do ponto 83-A, acrescentando a correspondência de cada TRL 1 a 9, tal como consta da mesma definição do Regulamento Específico Competitividade e Internacionalização, a saber:

83-A) “Nível de maturidade tecnológica”, o sistema de medição que abrange toda a cadeia de investigação, desenvolvimento e inovação e que utiliza os seguintes indicadores 1 a 9 para garantir um entendimento comum do nível de maturidade e do estado tecnológico de determinadas tecnologias:

- i) TRL 1 — Princípios básicos observados;
- ii) TRL 2 — Formulação do conceito tecnológico;
- iii) TRL 3 — Prova de conceito experimental;
- iv) TRL 4 — Validação da tecnologia em laboratório;
- v) TRL 5 — Validação de tecnologia em ambiente relevante (semi-industrial);
- vi) TRL 6 — Demonstração da tecnologia em ambiente relevante (semi-industrial);
- vii) TRL 7 — Demonstração do protótipo do sistema em ambiente operacional;
- viii) TRL 8 — Sistema completo e qualificado;
- ix) TRL 9 — Sistema aprovado em ambiente de produção de série.”

Em «Definições aplicáveis aos auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU» e no que respeita à definição de “mudança radical” prevista no ponto 177, nela se refere que se considera que existe uma mudança radical sempre que se verifiquem, de forma cumulativa, condições relacionadas com velocidades de acesso e concorrência. Não fica assim claro que tenha ainda de se demonstrar (nem como) que o projeto em causa cria “novos mecanismos significativos na rede de banda larga” condição referida no início do texto da definição.

Por outro lado, nas definições contidas nos Pontos 183 e 184 no que respeita à definição apresentada para “PME Inovadora” e “Empresa de média capitalização inovadora”, a mesma não se apresenta adequada às características das empresas do Setor do Turismo. Muito embora se verifique que o serviço prestado pelas empresas turísticas incorpora componentes de inovação e tecnologia, o reflexo dessas componentes nas contas da empresa não aparece de forma clara e direta numa rubrica da conta de exploração, não



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

sendo assim possível aferir as condições indicadas (10% ou 15% do total dos custos de exploração).

A tecnologia e a inovação, por estarem associadas ao serviço prestado, tanto podem estar presentes nos custos como nos proveitos de exploração, mas sempre de uma forma indireta. A título de exemplo, e no que se refere ao volume de negócios, a tecnologia e a inovação são variáveis importantes para a definição do preço do serviço prestado ao cliente final e taxa de ocupação/taxa de utilização desse mesmo serviço.

Assim, Portugal defende que estas definições não deveriam ser aplicáveis às empresas do Setor do Turismo, ou em alternativa, poderiam evidenciar as especificidades das empresas do setor do turismo no que se refere aos custos de exploração destinados a I&D.

Artigo 1º (3)

É nossa opinião que a redação do artigo 4º, alínea f) não é suficientemente clara, por relação ao disposto no artigo 20º alterado e novo artigo 20º-A.

Artigo 1º (13) e (14) – artigo 20º alterado e novo artigo 20º-A

Não é para nós clara a proposta de redação do artigo 20º e do novo artigo 20º-A, importando também clarificar a fronteira existente entre eles.

Além disto, o artigo 20.º continua sem apresentar uma solução adequada, dada a especificidade dos projetos INTERREG, à aplicação nos casos de operações complexas que envolvam vários setores, vários tipos de beneficiários, e várias intensidades de apoio público.

Artigo 1º (16)

O conceito de “desenvolvimento experimental” (2º parágrafo) definido no ponto 86) das definições e que é utilizado nos novos artigos 25º-A e 25º-B sobrepõe-se parcialmente, mas contendo condições mais restritivas, ao conceito de “ações de inovação” do Horizonte 2020 que aqui se reproduz em língua inglesa:

Innovation actions (IA) Description: Action primarily consisting of activities directly aiming at producing plans and arrangements or designs for new, altered or improved products, processes or services. For this purpose they may include prototyping, testing, demonstrating, piloting, large-scale product validation and market replication. A ‘demonstration or pilot’ aims to validate the technical and economic viability of a new or improved technology, product, process, service or solution in an operational (or near to operational) environment, whether industrial or otherwise, involving where appropriate a larger scale prototype or demonstrator.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Assim, no nosso entendimento os dois conceitos devem estar alinhados a fim de evitar dificuldades de interpretação e que o financiamento de determinadas atividades deixe de estar incluído no RGIC.

Artigo 1º (17)

O nº 5 a) do novo artigo 56º-E relativo a auxílios à produção de energia e às infraestruturas energéticas dispõe que, relativamente ao armazenamento de energia, apenas os auxílios aos projetos incluídos na lista de projetos de interesse comum serão considerados e, no que respeita aos projetos não relacionados com o armazenamento, são concedidos auxílios “a redes inteligentes, projetos em que participe mais do que um Estado-Membro, projetos incluídos na lista de projetos de interesse comum ou projetos em zonas assistidas.”

Face à evolução que se perspetiva para o armazenamento de energia parece não ser de limitar o âmbito de aplicação do RGIC a Projetos de Interesse Comum. Por outro lado, a listagem de tipologias de projetos não relacionados com o armazenamento também poderá ser estendida a outras tipologias de projetos.